# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ) | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)



# CARGO 3: ASSISTENTE SOCIAL – CLASSE A, PADRÃO I

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

### A mente aberta a novas ideias jamais volta ao seu tamanho original.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para o texto definitivo da prova discursiva.
- Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- **6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8 Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.



PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

**NÍVEL SUPERIOR** 

TURNO: MANHÃ

### **OBSERVAÇÕES**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada afente.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100 www.cespe.unb.br. sac@cespe.unb.br



## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Acerca da avaliação de programas e políticas sociais, julgue os itens a seguir.

51 A abordagem sequencial — segundo a qual as políticas sociais são sucessão de ações — limita-se a uma visão linear e etapista da avaliação, embora apresente a vantagem de propor um quadro de análise simples.

- 52 A avaliação de uma política social é, necessariamente, determinada e direcionada pelos fundamentos teóricos que sustentam as análises dos avaliadores, ainda que seja adotado um rigoroso instrumental metodológico.
- 53 A abordagem qualitativa difere da avaliação da qualidade dos serviços no que se refere ao seu uso na avaliação de programas.
- A proposta de avaliação por triangulação de métodos contempla, no processo de avaliação, a integração objetiva e subjetiva bem como os atores, tomados por objetos de análise do projeto e do programa e sujeitos de autoavaliação.
- 55 A mesma relação entre custo e benefício estabelecida para a avaliação de mercado deve ser aplicada à avaliação de políticas sociais públicas, haja vista que o objetivo de ambos os setores é atender ao maior número de pessoas com a menor quantidade de recursos.

Com relação ao planejamento como proposta de intervenção na área social, julgue os itens seguintes.

- 56 No planejamento estratégico, a pactuação não integra o planejamento e a busca por respostas a situações complexas, sendo uma ação restrita aos gestores.
- 57 Ao se analisar a eficácia do planejamento com base em estudo do impacto daquilo que foi planejado sobre a situação, examinam-se apenas os efeitos diretos da intervenção realizada, não se efetuando uma pesquisa.
- 58 A reciprocidade entre gestão democrática e planejamento estratégico verifica-se em face da tendência em se romper com as hierarquias verticais rígidas de comando e promover-se um tipo de comunicação horizontal intensiva nas organizações.
- 59 O planejamento limita-se ao momento específico de montagem de um plano de ação para a realização de determinada atividade que será efetuada em curto prazo.
  - O planejamento operacional é detalhado e analítico; abrange cada tarefa ou operação bem como a etapa de supervisão; e deve estar intrinsecamente relacionado ao planejamento tático.
- 61 O planejamento situacional, um método de planejamento constituído por momentos não sequenciais, mas simultâneos, compreende o momento explicativo, no qual se realiza o diagnóstico, selecionando-se problemas e discutindo-se suas causas em relação aos fenômenos e às estruturas sociais básicas.
- Na concepção atual de planejamento, plano e ação caracterizam processos totalmente opostos que devem ocorrer em momentos diferentes.

No que diz respeito à pesquisa social, julgue os itens que se seguem.

- 63 A avaliação requer a construção de um sistema de indicadores específicos que possibilite aferir se os objetivos da proposta estão sendo adequadamente conduzidos ou se foram alcançados.
- 64 De acordo com os pressupostos da pesquisa de natureza qualitativa, segundo a qual é necessário conhecer a experiência social do sujeito, e não somente suas circunstâncias de vida, a realidade vivida pelo sujeito é conhecida a partir dos significados por ele atribuídos.
- A validação das pesquisas qualitativas requer quantidade adequada de observações efetuadas; constância e exatidão no registro dos dados aferidos; e possibilidade de expansão das conclusões a outros contextos.
- 66 De acordo com o paradigma da complexidade, a formulação do objeto de pesquisa deve ser efetuada com o intuito de ampliar o foco de análise para aumentar a disseminação das diferentes linhas teóricas que devem estar presentes na investigação.
- 67 A adoção de estratégia participante em pesquisa realizada em ambientes institucionais implica incluir, necessariamente, a participação efetiva dos pesquisadores envolvidos na gestão do trabalho investigativo.
- Na investigação realizada em ambientes organizacionais, consideram-se como fontes primárias as fontes que foram captadas e sistematizadas a partir de alguma forma de elaboração teórico-analítica.

Julgue os próximos itens, relativos a balanço social.

- 69 O balanço social de uma organização consiste em um demonstrativo de que a instituição tem por objetivo não só a geração de lucros, mas também o desempenho social.
- 70 Ao elaborar o balanço social anual de uma organização, os dirigentes devem priorizar a divulgação das avaliações financeiras, a fim de subsidiar a tomada de decisões relativas ao quantitativo de recursos humanos.

Considerando que profissionalização e trabalho são direitos estabelecidos pelas legislações, julgue os itens subsecutivos no que se refere ao trabalho do adolescente.

- 71 Horário especial para o exercício das atividades refere-se a um dos princípios da formação técnico-profissional do adolescente.
- 72 Os direitos trabalhistas e previdenciários são assegurados apenas ao adolescente aprendiz com idade igual ou superior a dezesseis anos.

Considerando o neoliberalismo e o contexto atual, bem como a relação entre Estado e sociedade, julgue os itens seguintes.

- Partir da década de 80 do século passado na América Latina e em conformidade com o paradigma da eficiência e efetividade na gestão, as políticas de combate à pobreza foram substituídas, em grande medida, pelas políticas de busca da universalização do acesso aos serviços básicos.
- 74 Os Estados nacionais têm favorecido, atualmente, o desenvolvimento de políticas industriais com o intuito de fortalecer seus mercados internos e ampliar a competitividade no cenário internacional.
- 75 O terceiro setor tem o papel tanto de limitador do poder do Estado quanto de substituto de suas funções, sendo um mecanismo que contribuiu para a sustentação da hegemonia neoliberal.

Com base na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, julgue os itens subsequentes, relativos às atribuições privativas desse profissional.

- Prestar orientação social a indivíduos e grupos em ambientes institucionais constitui atribuição privativa do assistente social.
- Planejar, organizar e administrar serviços sociais constituem atribuições privativas do assistente social.
- 78 Estudos, pesquisas, planos, programas e projetos relativos à área de serviço social podem ser realizados unicamente por profissional assistente social.

Com relação aos aspectos éticos orientadores da atuação do profissional de serviço social, julgue os itens que se seguem.

- 79 Relatórios de gestão e roteiros de entrevistas são considerados materiais técnicos de caráter não sigiloso que viabilizam a continuidade do serviço social e a defesa dos interesses dos usuários.
- 80 O material técnico relativo a atendimento realizado por assistente social, dado seu caráter reservado, deve ser arquivado, obrigatoriamente, no mesmo espaço físico ocupado pelo referido profissional.
- A supervisão direta de estágio de serviço social deve ser realizada necessariamente na mesma instituição e local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, pois, caso contrário, a responsabilidade ética dos envolvidos será apurada, mediante procedimentos processuais previstos no Código Processual de Ética, garantindo-se o direito de defesa e do contraditório.

No que se refere à conciliação e mediação, alternativas para a resolução de conflitos, julgue os próximos itens.

- 82 Durante a mediação, o mediador apenas administra o procedimento para que as partes envolvidas no conflito tomem a decisão e, caso consintam, assinem um termo de acordo para cumprimento.
- 83 A escolha de técnicas como paráfrase e *brainstorming* no curso da mediação condiciona-se à fase em que se encontra o procedimento e objetiva, entre outros aspectos, sintetizar o conteúdo das falas e suscitar alternativas.
- 84 A conciliação, por ser um procedimento abrangente, não conta com a participação de um coconciliador, tendo por objetivo principal tratar o relacionamento entre as pessoas envolvidas no conflito.

Acerca da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença previdenciário, julgue os itens subsecutivos.

- 85 O segurado que estiver recebendo auxílio-doença e desejar retornar ao trabalho voluntariamente terá seu benefício mantido até que seja realizada perícia médica da previdência social.
- Não é permitida concessão de aposentadoria por invalidez, em nenhuma hipótese, caso a doença tenha sido originada anteriormente à filiação na previdência social.
- 87 No processo de aposentadoria por invalidez de pessoas acometidas por acidente de qualquer natureza, dispensa-se a carência, ou seja, a exigência de doze contribuições mensais.

Antônio, de cinquenta e seis anos de idade, trabalha, há 25 anos, como agente administrativo no núcleo de emissão de documentos de uma instituição pública. Nos últimos seis meses, Antônio passou a faltar frequentemente ao trabalho, sair durante o expediente sem apresentar justificativas e apresentar baixo rendimento no desempenho de suas atividades. Constatou-se que esses problemas foram motivados pelo consumo de bebida alcoólica e, embora o servidor se mostre resistente a se tratar, foi encaminhado ao setor competente da instituição para início de um plano de tratamento.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, com relação à atuação e a intervenções adequadas do profissional do serviço social.

- 88 Se, em entrevista, o assistente social abordar o consumo de álcool, deverá ater-se em repassar a Antônio as informações sobre os efeitos e as consequências da substância, visto que essa atitude é comprovadamente eficiente, mesmo quando desvinculada de um programa de prevenção.
- 89 Caso Antônio continue resistente em submeter-se ao tratamento para a dependência do álcool, não é indicado encaminhá-lo ao Centro de Atenção Psicossocial, visto que sua recusa altera o projeto terapêutico individual e significa o descumprimento do contrato terapêutico, o que fará que ele seja desligado desse centro e encaminhado a outro tipo de serviço.
- 90 No processo de intervenção do assistente social junto ao servidor, faz-se necessário compreender que, quanto maior o nível de vulnerabilidade e de perda de autonomia do usuário, maior deve ser a quantidade de recursos ofertados pela equipe que o assiste. Esse princípio denomina-se equidade e caracteriza-se como um dos eixos de sustentação do Sistema Único de Saúde.
- 91 Durante o atendimento a Antônio, recomenda-se adotar a abordagem da redução de danos, estratégia que possibilita aumentar o grau de liberdade e de corresponsabilidade do usuário bem como o ajuda a traçar metas voltadas para a mudança no seu estilo de vida.
- 92 No caso de o assistente social utilizar-se, como meio de intervenção, de uma entrevista com o referido servidor, está contraindicado o uso da técnica de reflexão, pois a mesma direciona-se apenas à identificação do problema, limitando-se a tomada de consciência.

Se a situação exigir atendimento concomitante de profissionais do serviço social e da psicologia, o relatório final da intervenção, com a emissão de opinião técnica, poderá ser elaborado pelo assistente social, desde que seja assinado pelos dois profissionais.

No que se refere aos instrumentos técnicos do serviço social, julgue os itens que se seguem.

- 94 Ao se elaborar o laudo ou parecer social de um usuário, deve-se evitar fazer referências à postura e ao comportamento dos envolvidos no decorrer do estudo, pois essas impressões são consideradas análises de julgamento moral.
- 95 Considerando-se que, ao elaborar o parecer social, cabe ao assistente social emitir opinião acerca de uma situação social com base em análise essencialmente teórica, é vedado a esse profissional o levantamento de hipóteses a respeito das possíveis consequências dessa situação.
- 96 Na elaboração do laudo social de um usuário, os marcos da história de vida deste constituem importantes dados de análise. Essas informações geralmente compõem a introdução do laudo, o desenvolvimento assume características de análise, e a avaliação final direciona-se à conclusão e às sugestões para resolução do problema.

O conceito de redes, além de ter trazido inovações para a gestão social pública, introduziu novos valores e habilidades na condução do trabalho social. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsecutivos.

- 97 As redes primárias são constituídas por organizações governamentais que, considerando os princípios da igualdade e da eficiência, atuam na prevenção de situações de risco.
- 98 Embora o termo rede não conste no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a necessidade de uma ação pública intersetorial está prevista na definição do paradigma da proteção integral ao segmento infanto-juvenil, contida nesse documento.
- 99 A ação em rede, em qualquer área, pressupõe a apreensão da realidade social como um todo complexo. Nessa perspectiva, compreendendo-se que os fatos são multicausais e multidependentes entre si, chega-se à noção de totalidade.
- 100 Em uma rede de proteção social, a generalização de temas possibilita maior quantidade de respostas a demandas sociais e potencializa a eficácia da proposta da rede.

Acerca das concepções de família e de suas relações com o Estado, julgue os itens subsequentes.

- 101 O trabalho com as famílias deve fundamentar-se no conceito de núcleo familiar, o qual vem sendo fortalecido nas recentes mudanças relacionadas às diferentes maneiras de exercer as funções de sobrevivência e de desenvolvimento dos membros da família.
- 102 As políticas familistas baseiam-se na ideia de que a principal responsável pelo bem-estar e pela provisão das necessidades humanas é a família, o que significa que a satisfação das necessidades das famílias está atrelada à participação de seus membros na esfera mercantil.
- 103 A família representa um espaço de socialização de seus membros e permite a formação de identidades e histórias de vida, independentemente do lugar que ocupa no mercado de trabalho.

Pedro, de setenta e cinco anos de idade, viúvo, aposentado, além de apresentar vários problemas de saúde, foi diagnosticado com demência. O único bem que o idoso possui é um veículo, e, por isso, reside com a filha Maria, o genro João e os três netos em uma casa alugada, próxima a uma escola. Eventualmente, os alunos dessa escola praticam atitudes preconceituosas contra o idoso.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso, julgue os itens a seguir.

- 104 Considere que João, sem o consentimento de Maria, tenha induzido Pedro a outorgar uma procuração em seu nome para a venda do veículo, o único bem do idoso. Nesse caso, a ação do genro não caracteriza crime passível de reclusão, já que, além de ajudar a esposa nos cuidados com o sogro, ambos residem na mesma casa.
- 105 Considere que, ao ser atendido no centro de saúde próximo de sua residência, foram identificados sinais de negligência em Pedro. Nesse caso, havendo suspeita de situação de violência, o serviço de saúde deverá notificar, compulsoriamente, o Ministério Público.

- 106 Se Pedro for inscrito em um programa habitacional subsidiado com recursos públicos para compra de moradia própria, ele será priorizado em razão da reserva de unidades habitacionais para atendimento a idosos.
- 107 Conforme o Estatuto do Idoso, as escolas devem incluir conteúdos sobre o envelhecimento e a valorização do idoso em seu currículo mínimo a fim de eliminar os preconceitos existentes na sociedade.

Considerando o disposto na Lei n.º 7.853/1989, julgue os próximos itens, acerca do apoio às pessoas com deficiência.

- 108 É garantido a todas as pessoas portadoras de deficiência o atendimento domiciliar de saúde, independentemente do grau de deficiência.
- 109 Às pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns o poder público deve estimular a criação e a manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial.
- 110 As ações públicas, coletivas ou individuais, relativas aos interesses das pessoas com deficiência são passíveis de intervenção do Ministério Público, o qual, para resguardar o interesse dessas pessoas, poderá requisitar de qualquer pessoa física ou jurídica informações, exame ou perícia, em prazo não inferior a dez dias úteis.
- 111 Diferentemente das entidades da administração pública, cometerá crime punível unicamente por meio de pagamento de multa a empresa privada que negar, sem justa causa, emprego ou trabalho a alguém em razão de sua deficiência.

Tendo como referência a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), julgue os próximos itens.

- 112 A assistência social objetiva a proteção social, que, por sua vez, visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos por meio de ações como, por exemplo, a promoção da integração dos cidadãos ao mercado de trabalho.
- 113 A proteção social básica objetiva especificamente amparar a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação e(ou) que apresenta fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social.
- 114 A LOAS objetiva estabelecer normas técnicas para a implementação da assistência social, além de expressar o esforço coletivo da sociedade em englobar fatos e valores da vida contemporânea, de modo a atribuir-lhes vigência jurídica.
- 115 A LOAS apresenta uma concepção de assistência social calcada em uma perspectiva a-histórica e distanciada da análise da relação entre Estado e sociedade.
- As diretrizes da PNAS incluem a centralidade na família para a concepção e a implementação de benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social. Essa concepção também está preconizada no SUAS, que, além de priorizar a centralidade na família e na matricialidade sociofamiliar, estabelece padrões de atendimento, nomenclatura dos equipamentos, indicadores de avaliação e resultados.

Acerca da assistência social, julgue os itens subsequentes.

- 117 O SUAS consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, por conseguinte, operam a proteção social não contributiva no âmbito da seguridade social.
- 118 A concessão e o financiamento dos benefícios eventuais, ou seja, aqueles destinados a complementação dos serviços de proteção social especial, são de responsabilidade exclusiva do governo federal.
- 119 As entidades e organizações de assistência social incluem as organizações que prestam atendimento aos beneficiários da política de assistência social de forma continuada e planejada, por meio da concessão de benefícios de prestação social básica ou especial.
- 120 Os projetos de enfrentamento à pobreza visam, prioritariamente, incluir as famílias pobres nos programas de transferência de renda.

## **PROVA DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até 13 pontos, dos quais até 0,50 ponto será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo são princípios fundamentais constantes do atual código de ética dos assistentes sociais. Com base nesses princípios, redija um texto dissertativo acerca de direitos humanos e compromisso ético-profissional dos assistentes sociais, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- concepção de direitos humanos defendida pela categoria profissional de assistentes sociais. [valor: 6,25 pontos]
- articulação entre defesa dos direitos humanos e compromisso ético-político dos assistentes sociais. [valor: 6,25 pontos]

#### RESPOSTA PADRÃO

### 2.1 Concepção de direitos humanos defendida pela categoria profissional de assistentes sociais

A luta pela materialização dos direitos humanos assume valor estratégico ao contribuir para a denúncia das desigualdades e das diferenciadas formas de exploração e opressão vivenciadas cotidianamente pela maioria da população. A compreensão das expressões de desrespeito aos direitos humanos na sociedade brasileira, em uma perspectiva crítica e de totalidade, requer a contextualização do cenário de desigualdades da sociedade capitalista, haja vista a desigualdade ser resultado da divisão de classes entre quem detêm os meios de produção e as trabalhadoras e trabalhadores que vendem a força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

De acordo com o artigo "Avanços e luta pelos direitos humanos", publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na Revista Inscrita n.º 8, a concepção de direitos humanos defendida pelo conjunto CFESS-Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) tem como principais pressupostos:

- 1) A compreensão dos direitos humanos como algo que não se restringe aos direitos civis e jurídico-políticos, mas que diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais.
- 2) A superação da visão legalista dos direitos, trazendo-os para âmbito da luta de classes e das contradições inerentes à (re)produção das relações sociais capitalistas. Não se trata apenas de uma oposição ideológica ao liberalismo (que busca equacionar juridicamente a questão das desigualdades sociais), mas, principalmente, de uma compreensão crítica que desvele a impossibilidade concreta de objetivação dos direitos para todos os indivíduos sociais. Isso supõe, evidentemente, uma crítica ao pilar das declarações burguesas de direitos: a propriedade privada.
- 3) A compreensão crítica radical dos direitos humanos na sociedade contemporânea que instrumentalize uma atuação realista, desmistificando as concepções liberais que naturalizam as desigualdades e as visões abstratas que tratam o homem ou a dignidade humana sem levar em conta as particularidades históricas em que a humanidade se (des)constrói.
- 4) A necessidade de uma articulação com os movimentos de defesa dos direitos humanos, vinculando-a com a questão social, com as políticas públicas.
- 5) A compreensão das especificidades da luta pelos direitos humanos no âmbito das entidades profissionais como o conjunto CFESS-CRESS, articulando-a com os eixos fiscalização, capacitação e denúncia (CFESS. CFESS, 2012, p. 37, com adaptações).

Nesse horizonte, parte-se do entendimento de que a luta pela garantia de direitos exige atitude anticapitalista, o que implica colocar-se ideológica e praticamente contra o sistema de desvalores liberal-burgueses.

### 2.2 Articulação entre defesa dos direitos humanos e compromisso ético-político dos assistentes sociais

O fortalecimento do debate sobre ética e direitos humanos e as suas implicações ao serviço social, mediante tratamento teórico-político fundado em uma perspectiva histórica e de totalidade, favorecem o conhecimento das reais condições de vida da população e a defesa intransigente dos seus direitos. Considerando-se os segmentos historicamente oprimidos e ausentes do circuito dos direitos humanos, torna-se necessário, como ação estratégica, dar visibilidade a suas reivindicações, rompendo-se o silêncio sobre variadas formas de opressão consolidadas na sociedade e, em particular, no cotidiano das diferentes instituições, espaços de trabalho do assistente social.

A direção social do projeto ético-político profissional supõe o amadurecimento teórico-crítico em relação aos limites da luta pelos direitos humanos, a partir de sua possibilidade real na sociedade, tendo-a como uma ferramenta estratégica complementar na construção de uma nova ordem. Isso requer apostar no potencial do discurso e do movimento pelos direitos humanos e, sobretudo, em uma atuação em defesa da efetivação da universalização dos direitos não circunscrita apenas aos marcos da normatividade legal.

É preciso evitar a ilusão jurídica dos direitos humanos e lembrar que os direitos civis e políticos, que viabilizam a sociedade burguesa, são um patamar necessário; porém apenas um ponto de partida para intervenções mais abrangentes e efetivas na totalidade da vida social. Logo, a profissionalidade deve se desenvolver nos marcos da indivisibilidade dos direitos, seja porque o sujeito a que se referem os direitos é uma totalidade una e indivisível, seja porque a negação dos direitos econômicos, sociais e culturais inviabiliza a realização dos direitos civis e políticos (e vice-versa).

Assim, os direitos humanos podem ser situados em relação ao projeto ético-político do serviço social como um campo de possibilidades de luta emancipatória a ser realizada coletivamente.

VINAGRE, M. PEREIRA, T. M. D. Ética e direitos humanos. Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. CFESS: 2007.